



**UIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III – GUARABIRA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA**

CILENE DA SILVA BENTO

**A INFLUÊNCIA DO HIGIENISMO NAS REFORMAS URBANAS DA
CIDADE DA PARAHYBA DO NORTE NO COMEÇO DO SÉCULO XX**

**GUARABIRA - PB
2021**

CILENE DA SILVA BENTO

A INFLUÊNCIA DO HYGIENISMO NAS REFORMAS URBANAS DA
CIDADE DA PARAHYBA DO NORTE NO COMEÇO DO SÉCULO XX

Trabalho de conclusão de curso (Artigo)
apresentado ao curso de História, da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito à obtenção do título de licenciada
em História.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Edna Maria
Nóbrega Araújo

GUARABIRA – PB
2021

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B478i Bento, Cilene da Silva.
A influência do hygienismo nas reformas urbanas da cidade da Parahyba do Norte no começo do século XX [manuscrito] / Cilene da Silva Bento. - 2021.
21 p. : il. colorido.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2021.
"Orientação : Profa. Dra. Edna Maria Nóbrega Araújo, Coordenação do Curso de História - CH."

1. Parahyba do Norte. 2. Higiene. 3. Reformas urbanas. I.
Título

21. ed. CDD 981.33

**A INFLUÊNCIA DO HIGIENISMO NAS REFORMAS URBANAS DA
CIDADE DA PARAÍBA DO NORTE NO COMEÇO DO SÉCULO XX**

Trabalho de conclusão de curso (Artigo) apresentado ao curso de História, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de licenciada em História.

Aprovada em: 31 / 05 / 2021.

BANCA EXAMINADORA

Edna maria Nóbrega Araújo

Prof.^a. Dr.^a. Edna Maria Nóbrega Araújo (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Joedna Reis de Meneses

Prof.^a. Dr.^a. Joedna Reis de Meneses
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Alda Venússia Alves de Oliveira

Especialista Alda Venússia Oliveira (UEPB)

Aos meus pais, a todos os meus familiares, aos meus professores e a todos que me apoiaram nessa empreitada acadêmica.
DEDICO.

“A gente não pode ter tudo
Qual seria a graça do mundo se fosse assim?
Por isso, eu prefiro sorrisos
E os presentes que a vida trouxe pra perto de mim (...)”
(VILELA, ANA; TREM BALA. 2017)

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	5
2. A CIDADE.....	6
3. REFORMAS URBANAS E HIGIENISMO NA CIDADE DA PARAHYBA DO NORTE.....	9
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18
REFERÊNCIAS.....	20

A INFLUÊNCIA DO HIGIENISMO NAS REFORMAS URBANAS DA CIDADE DA PARAHYBA DO NORTE NO COMEÇO DO SÉCULO XX

Cilene da Silva Bento¹

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso pauta-se na discussão sobre a influência do higienismo nas reformas da cidade da Parayba do Norte (nossa atual capital – João Pessoa) no começo do século XX. Buscamos observar os discursos presentes no Jornal A União referentes ao papel dos médicos higienistas diante das mudanças vivenciadas na cidade voltadas para o embelezamento e disciplinarização do uso dos espaços e dos costumes da população, sobretudo a população pobre, que tinha suas moradias vigiadas pela polícia higienista, quanto a presença de mato e/ou animais nos quintais e jardins, presença de banheiros, condições de higiene, presença de pessoas doentes, e quando achavam necessário, interditavam as casas, sendo os moradores obrigados a fazerem os reparos indicados e pagarem multas. Também destacamos a vacinação e revacinação contra a varíola que ocorria sobretudo durante as visitas domiciliares, Utilizamos como referencial teórico, autores como Nicolau Sevcenko, Edna Araújo, Azemar Soares, Iranilson Buruti, Chalhoub, etc.

Palavras-chave: Parayba do Norte, Higiene, Reformas Urbanas.

ABSTRACT

This course conclusion work is based on the discussion about the influence of hygienism in the reforms of the city of Parayba do Norte (our current capital - João Pessoa) at the beginning of the 20th century. We seek to observe the speeches present in the newspaper A União referring to the role of hygienist doctors in the face of the changes experienced in the city aimed at beautifying and disciplining the use of spaces and customs of the population, especially the poor population, who had their homes monitored by the hygienist police. regarding the presence of weeds and / or animals in backyards and gardens, the presence of bathrooms, hygiene conditions, the presence of sick people, and when they found it necessary, they banned them as houses, with residents being obliged to make the indicated repairs and pay fines. We also highlight the vaccination and revaccination against smallpox that occurred mainly during home visits. We used as a theoretical reference, authors such as Nicolau Sevcenko, Edna Araújo, Azemar Soares, Iranilson Buruti, Chalhoub, etc.

Keywords: Parayba do Norte, Hygiene, Urban Reforms.

¹* Graduanda em História pela Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: cilenebento@outlook.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho pauta-se na discussão sobre as reformas urbanas na cidade da Parahyba do Norte no começo do século XX, e a influência da política higienista diante de tais reformas. Semelhante ao que acontecia no Rio de Janeiro, a Parahyba do Norte, iniciou o século XX, desejando acompanhar as mudanças que vivenciavam outras cidades no mundo a exemplo de Paris. Considerando as devidas diferenças em relação a cidades como o Rio de Janeiro, a Parahyba do Norte, passou por transformações na sua estrutura física, com derrubada de casas, Igrejas, fora do chamado alinhamento urbano, calçamento de ruas, construção de avenidas, iluminação elétrica, água encanada, saneamento nas principais ruas do centro da cidade, retirada de cemitério e matadouro do centro, vigilância nas moradias das pessoas pobres, expulsão destas das ruas do centro da cidade. Sob a observação dos médicos higienistas a cidade viu seus espaços modificados, costumes e comportamento da população aliados com a nova forma de pensar a urbs. Dentro desse ideal higienista encontrava-se a necessidade de combater as principais endemias e epidemias que assolavam a cidade. Nesse sentido, era sobre as casas da população pobre que recaia toda responsabilidade de disseminação das doenças, visto que geralmente as condições de higiene eram precárias, e muitas delas ora foram derrubadas ou interditadas sob a justificativa de controlar as endemias e epidemias. Foi também um período voltado para vigilância dos corpos, quer seja se estavam limpos, ou vacinados. Se faziam ginásticas e estavam hígidos e aptos ao trabalho.

Devemos compreender que com a proclamação da República no Brasil, o famoso lema da “ordem e progresso” foi difundido como uma nova realidade para o país, os republicanos queriam um “Brasil moderno”, um Brasil que se assemelhasse aos países europeus da época, uma república que respirasse os mesmos ares dos chamados países de primeiro mundo, mas como isso seria possível? Se tínhamos um Brasil pobre, um Brasil que não tinha praticamente nem abolido a escravidão do seu território?

Um Brasil sem um projeto de nação, um país com uma grande leva de analfabetos, pobres, pessoas que viviam nos locais longínquos, sem informações, sem assistência a alimentação, sem acesso a saúde e educação, um Brasil interiorano, com uma república voltada para a elite e não para o seu povo, principalmente em uma região como a Parahyba do Norte.

Nossa pesquisa foi basicamente no Jornal A União no acervo particular da minha orientadora. Fizemos opção de colocar imagens do próprio jornal, para aparentar como o texto sendo construído como “costurando-se” fontes e discussão teórica.

Utilizamos como referencial teórico, autores como Nicolau Sevcenko, Edna Araújo, Azemar Soares, Iranilson Buruti, Chalhoub, etc.

2. A CIDADE

Lá no alto da colina
 uma cidade e seu rio
 -Nossa Senhora das Neves?
 Felipéia? Frederica?
 Que nome melhor lhe fica?
 Que dirá dela a Coroa?
 Será quando Parahyba?
 Quando será João Pessoa?
 (Jomar Morais Souto)

A Parahyba do Norte nomeada inicialmente de Nossa Senhora das Neves (05/08/1585), já nasceu cidade, posteriormente Filipéia de Nossa Senhora das Neves (29/10/1585), durante a Invasão Holandesa tornou-se Frederica (26/12/1634), após a expulsão dos holandeses foi denominada de Parahyba (01/02/1654) e após a morte de João Pessoa, tornou-se João Pessoa (04/09/1930) (OCTAVIO, 1996; RODRIGUEZ, 1994; ARAÚJO, 2001).

O núcleo inicial da cidade de João Pessoa remonta à fundação da Capitania Real da Paraíba, efetivada no final do século XVI, como mecanismo para garantir a conquista do litoral setentrional das terras coloniais, indo-se além das fronteiras da Capitania de Pernambuco. Inscrita no processo de expansão mercantil européia, quando da colonização do Brasil, apresenta uma singularidade em relação às demais capitais litorâneas: foi edificada distante do mar, a partir da margem direita do rio Sanhauá, no estuário do rio Paraíba – caminho tomado pelos portugueses no processo de conquista do território. Esse núcleo distribuía-se em meio a uma topografia irregular, formada por dois compartimentos: a Cidade Baixa, que ocupava um pequeno trecho da várzea direita do Rio Sanhauá, e a Cidade Alta, estendida por sobre o Baixo Planalto Costeiro (BEZERRA, 2007, p.6).

Durante mais de três séculos o crescimento da cidade foi lento marcadas pela precariedade dos equipamentos, pela modéstia das construções e pelo traçado tortuoso de suas ruas. manteve seu pequeno tecido urbano circunscrito ao sítio original, “Até o final do século XIX os seus limites urbanos praticamente se restringiam à Cidade Baixa e à

Cidade Alta, as quais compunham uma cidade que se desenvolveu sob um padrão comum a diferentes cidades coloniais” (BEZERRA, 2007, p.4).

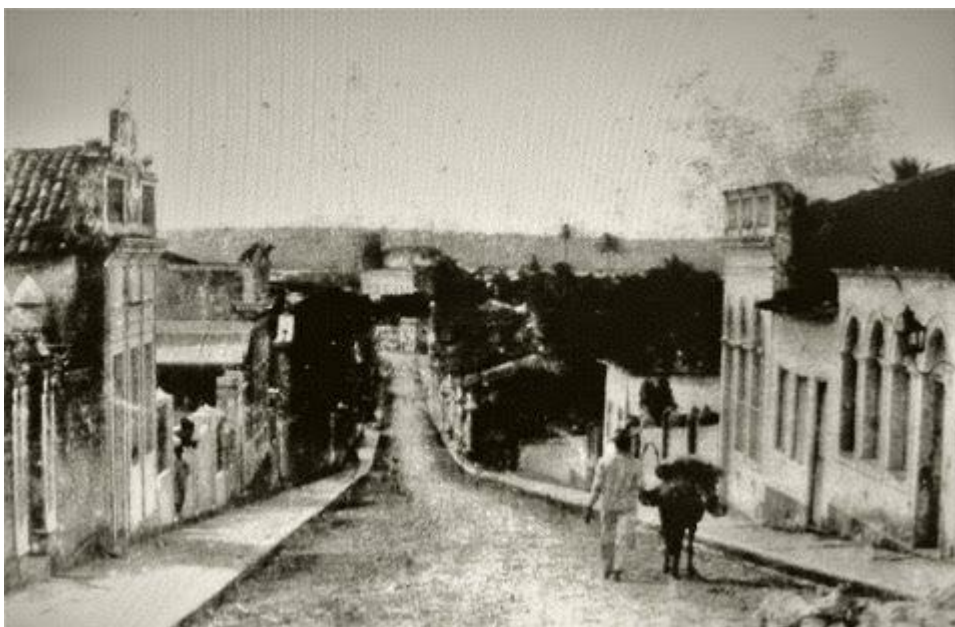
No início, a cidade não possuía mais que umas poucas ruas que faziam a ligação entre os edifícios públicos considerados importantes à administração colonial, igrejas, conventos e algumas residências.

O ponto de vista urbanístico, se comparada a outras cidades do Brasil colonial, a cidade da Parahyba teve um crescimento lento. Quando, por volta de 1634, os holandeses ocuparam a cidade, denominada de Filipéia de Nossa Senhora das Neves e que, a partir daquela data, passou a se chamar de Frederica, encontraram um pequeno povoado de aproximadamente mil habitantes (RODRIGUEZ; DROULERS, 1981, p. 15). Entretanto, embora a cidade tenha mudado o seu nome, não sofreu alterações na divisão do espaço e das funções urbanas. Na parte baixa, sediavam-se as atividades comerciais, alfandegárias e portuárias (SILVA, 1999, p. 166). Esta parte era mais conhecida como Varadouro. Enquanto, na parte alta, localizavam-se as construções administrativas, religiosas e residenciais (BEZERRA, 2007, p.8).

No final do século XIX, o ritmo de crescimento urbano continuava lento. Quer seja pela independência dos engenhos no decorrer do período colonial, ou pela proximidade de um centro comercial mais desenvolvido como o Recife e preferido pelas elites para realizarem seus negócios.

Na Parahyba, do final do século XIX, as ruas eram alternadas por sítios, chácaras, sendo comum a criação de animais soltos, ausência de calçamento, o que propiciava a presença de lixo, águas estagnadas, o crescimento de mato, formação de lamaçal, contraindo para a busca da ordem e civilização para a cidade.

Figura 1: Rua da Areia 1903



Fonte: Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/596656650620598798>. Acesso: 20 de maio de 2021.

Na foto acima da Rua da Areia, pode-se observar rua estreita, sem calçamento, casas fora do nivelamento e alinhamento, presença de vegetação, um homem conduzindo um burro, provavelmente com água para vender.

Para os jornalistas, representava o descaso dos poderes públicos, já que cabia a estes colocar ordem na “confusão” que se encontrava a cidade. Para isso, os intelectuais da imprensa reclamavam da Câmara Municipal, questionavam sobre como estavam sendo gastos os recursos de que dispunham. Havia a exigência de que se estabelecesse um controle dos espaços urbanos, impedindo qualquer tipo de desordem que viesse a se fazer presente (ARAÚJO, 2001, p.77).

No Rio de Janeiro, ao que parece, a preocupação da corte com a forma que a cidade estava crescendo, começou a ocorrer após a década de 1850 em decorrência de epidemias de febre amarela, cólera, dentre outra que provocaram muitas mortes. Embora as epidemias contaminassem todos os segmentos sociais, a população pobre era a mais acometida e logo, o olhar das autoridades da cidade se voltaram para os pobres. Vistos como um problema para sociedade em decorrência das condições de higiene das suas moradias. Foi criada então a Junta Central de Higiene, órgão do governo imperial encarregado de zelar pelas questões de saúde pública, e a Câmara Municipal da Corte passou a discutir medidas destinadas a regulamentar a existência das habitações coletivas a exemplo das estalagens ou dos cortiços. Ao serem vistos como problemas as autoridades

se voltaram para o controle social por estes representarem uma ameaça para as condições higiênicas da cidade (CHALHOUR, 1996).

As classes pobres não passaram a ser vistas como classes perigosas apenas porque poderiam oferecer problemas para a organização do trabalho e a manutenção da ordem pública. Os pobres ofereciam também perigo de contágio e irradiação de epidemias por meio dos chamados focos miasmáticos presentes nas suas moradias: falta de saneamento, ausência de banheiros, criação de animais, etc.

Assim, enquanto cidades como o Rio de Janeiro cresciam e modificavam sua fisionomia, os costumes e hábitos da população, na Parahyba do Norte essas mudanças ocorreram de forma gradativa.

3. REFORMAS URBANAS E HIGIENISMO NA CIDADE DA PARAHYBA DO NORTE

A cidade da Parahyba do Norte, do final do século XIX, pode ser descrita como sendo não possuidora de calçamento nas ruas, nelas acumulavam-se lixo e águas estagnadas, formando grandes lamaçais, que propiciavam o crescimento de ervas e capins, atraindo vários tipos de animais e provocando o que a elite denominava de desordem da cidade, na época, tão reclamada nos jornais.

Sérgio Pechman e Lílian Fritsch (1985, p. 143), em seu artigo sobre as reformas do Rio de Janeiro, na virada do século, comentam: “(...) desde logo tornou-se evidente que as cidades somente poderiam se livrar das condições sanitárias adversas em que se encontravam, caso passassem por um profundo processo de reforma em sua estrutura urbanística (...)”. A cidade da Parahyba, não foi diferente de outras cidades e nas primeiras décadas do século XX, a ordem buscada passou a ser, abertamente, a do embelezamento. Os aspectos “insalubres” da cidade começaram a ser mencionados como motivo maior para se proceder uma remodelação física da mesma.

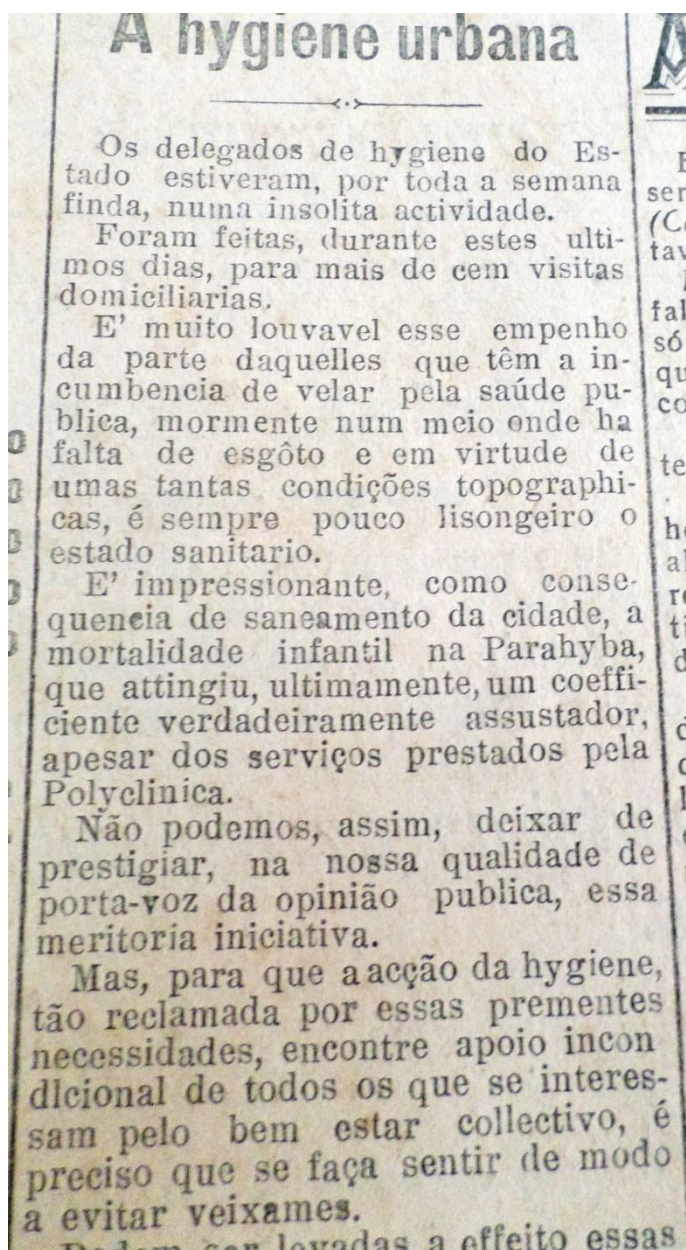
As reformas urbanas propostas desde o final do século XIX, para a Parahyba do Norte, deveriam acabar com os focos produtores de doenças, a sujeira das ruas, o lamaçal, as águas estagnadas e podres, bem como reformas deveriam ser realizadas no cemitério, nos matadouros, nos hospitais e na cadeia. As casas de palha, localizadas na área central da cidade, também precisavam ser retiradas porque eram consideradas anti-higiênicas e promíscuas. Portanto, consideradas impróprias para aquela área. Esses mesmos problemas que eram apontados como responsáveis pela insalubridade da cidade, também eram tidos como elementos que interferiam na sua estética, que enfeavam a cidade. Assim, nas duas primeiras décadas do século XX, as medidas sanitaristas foram constantes (ARAÚJO, 2001, p. 45).

HYGIENE PUBLICA	
<p>Desenvolve-se o serviço de policia sanitaria nas ruas da cidade.—Visitas domiciliarias.—Asseio dos quintaes.—Limpeza dos predios de aluguer.—Construcções de aparelhos sanitarios.—Um alvitre que, sobre o lixo, foi por officio, lembrado ao Prefeito da Capital.</p> <p>O corpo medico de saude pu-</p>	<p>blica do estado, composto dos drs. Teixeira de Vasconcellos, Octavio Soares, Lemos Junior, com o auxilio do pharmaceutico Edmundo d'Alverga, percorreu, ante-hontem, as ruas Maciã Pí-nheiro, Ponte, Cadeia e Largo da Cadeia.</p> <p>Foram visitadas, nestas ruas, todas as casas e intimados os respectivos proprietarios e locatarios, para fazerem a limpeza dos quintaes, incineração do lixo, construcções de aparelhos sanitarios e asseio das casas de aluguer.</p> <p>Nas ruas supra-mencionadas,</p>

Fonte: Jornal A União, 30 de agosto de 1913.

Conforme mostra o Jornal A União, em agosto de 1913, a Polícia Sanitária da capital, encontrava-se preocupada com as condições de higiene da cidade e realizava visitas domiciliares para averiguar de perto a limpeza da cidade e no interior das residências. Ao se depararem com lixo, falta de aparelho sanitário, falta de pintura das paredes, etc. intimavam os proprietários ou inquilinos a realizarem as mudanças, sob pena de pagarem multas.

Anuncio como o anuncio acima, era comum nos jornais da época, principalmente no Jornal oficial da Parahyba do Norte, A União. Já que o governo publicava o que estava sendo realizado para minimizar as endemias e epidemias.



Fonte: A União, Maio de 1918.

Com vistas a mudar o cenário de insalubridade da cidade, segundo Barreto (1995, p.2) foram realizadas algumas mudanças: “Fontes públicas de água foram restauradas, os matadouros higienizados, o gado destinado ao abate foi inspecionado e os cães de rua, transmissores de doenças contagiosas, capturados”. Essas medidas de hygiene no momento eram apontadas como indispensáveis para reorganizar a cidade. Foi também desse período a elaboração do projeto de rede de esgotos que foi responsável pelo saneamento da Lagoa, elaborado em 1913 e a execução concluída em 1928, pelo engenheiro Saturnino de Brito. O saneamento da área da Lagoa, “possibilitou ampliar o crescimento da cidade para a direção leste e sul tendo em vista que, anteriormente, a

cidade se restringia à parte alta e à parte baixa devido, inclusive, ao próprio lamaçal que circundava a lagoa” (ARAÚJO, 2001, 34).

As reformas que aconteciam na cidade voltadas para higienização e embelezamento, eram orientadas por médicos e engenheiros e acompanhada pela imprensa que divulgava tudo em suas páginas.

Em 1916, quando Camilo de Holanda iniciou o seu governo, não somente deu continuidade às reformas iniciadas pelos seus antecessores como também ficou conhecido como o administrador que realizou uma “revolução urbanística”. Sua administração foi marcada pela realização de obras públicas como: o edifício da Escola Normal, edifício da Imprensa Oficial, a Praça Venâncio Neiva (sem o Pavilhão do Chá), o prolongamento da rua General Osório, a abertura da avenida Eptácio Pessoa, o calçamento de diversas ruas, a construção/remodelação de praças, etc. – calçamento da avenida Bearepaire Rohan e da rua da República. Essas mudanças foram tratadas como “(...) um desideratum digno dos applausos unânimes da cidade ao incançavel chefe do executivo, cujo governo passará, deixando, porém, rastros luminosos do progresso.”²

Durante o seu governo, de forma acentuada, prédios antigos eram derrubados para darem lugar a outros com feição moderna ou para se alargarem as ruas. A força com que as reformas ocorriam na cidade, não importava, o que importava, realmente, era a imagem de cidade moderna que Camilo de Holanda havia planejado e que, aos poucos, ia se tornando materialmente visível através das suas reformas (ARAÚJO, 2001, p.50).

O Presidente de Estado, Camilo de Holanda, durante sua administração deu continuidade ao que seus antecessores estavam realizando em relação as reformas urbanísticas. Camilo de Holanda, buscava fazer na Parahyba do Norte, o que Pereira Passos realizava no Rio de Janeiro. Casas considerados insalubres ou fora do chamado alinhamento das ruas foram derrubados, becos deram lugares as ruas e avenidas, ruas foram calçadas, prédios públicos remodelados, pintados, praças construídas, etc. Aos poucos os animais, o mato, o lamaçal eram retirados das ruas. A população pobre que teve suas casas derrubadas também foi afastada para a periferia. Não “cabia” nesse novo cenário urbano que ganhava ares de limpeza e modernidade.

“Desencadeia-se pela imprensa uma campanha de caça aos mendigos, visando eliminar esmoleres, pedintes, indigentes, ébrios, prostitutas etc. era importante evitar o contato entre as duas sociedades que ninguém admitia mais ver juntas, embora fossem uma e a mesma” (SEVCENKO, 1995, p.34).

Assistia-se à transformação do espaço público, do modo da vida e da mentalidade carioca. Quatro princípios fundamentais regeram o transcurso dessa metamorfose: a condenação dos hábitos e costumes ligados pela

² A União. Parahyba do Norte, 09/09/1920. p.2.

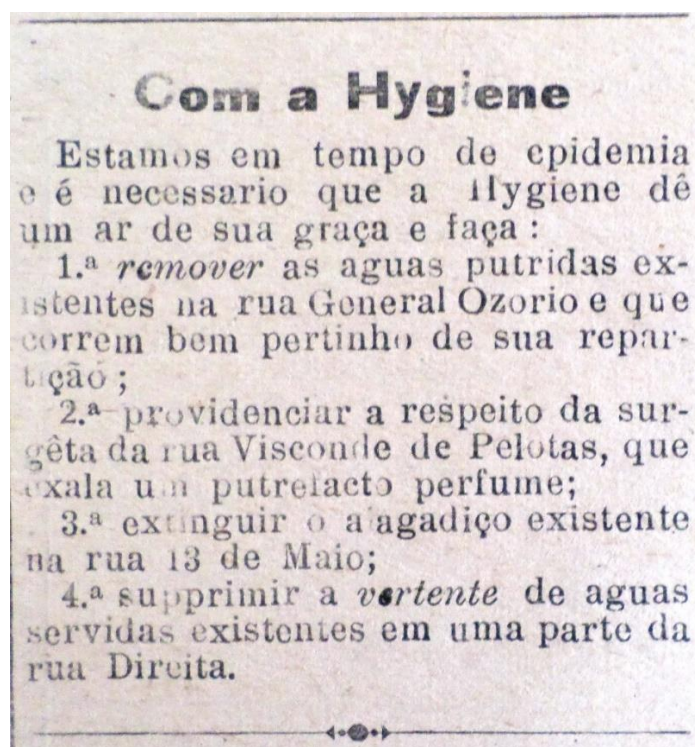
memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, (derrubada dos cortiços) que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense. (SEVCENKO, 1995, p. 30).

“De uma hora para outra, a antiga cidade (do Rio de Janeiro) desapareceu e outra surgiu como se fosse obtida por uma mutação de teatro. Havia mesmo na cousa muito de cenografia” (SEVCENKO, 1995, p. 106). O Rio transformou-se no maior centro cosmopolita da nação, em contato com a produção e o comércio europeus e americanos, absorvendo-os e irradiando-os para todo o país.

A Parahyba do Norte, foi uma das cidades que buscou acompanhar as reformas carioca, que tinha como principal modelo as reformas, realizadas por Haussman em Paris.

Segundo Waldeci Chagas (2004), enquanto ruas foram calçadas outras foram abertas e alargadas. Para realização desses serviços exigiu-se que muitas casas fossem demolidas e as artérias outrora desalinhas foram ampliadas pois a cidade moderna exigia passagem. Não demorou e os serviços de bondes foram implementados e juntamente com os automóveis foram incorporados ao cotidiano da cidade.

No entanto, ao longo dos anos, o Jornal A União continuou reclamando da falta de limpeza nas ruas e estava sempre apelando as autoridades para a higiene.



Fonte: Jornal A União 18 de outubro de 1919.

Diante das constantes ameaças de epidemias de varíola as reclamações por parte da Imprensa aumentavam, visto que, os perigos eram visíveis a todos.

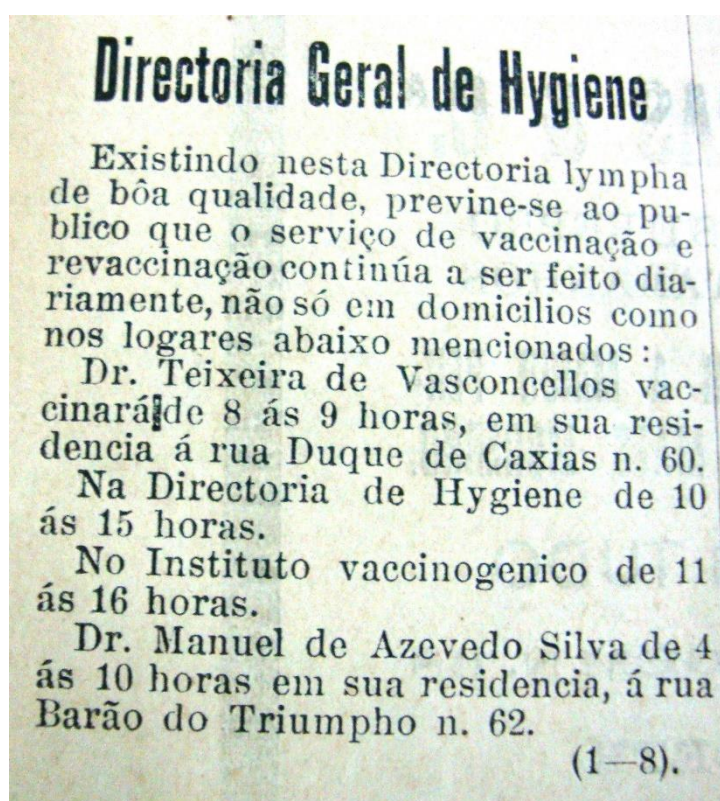
No mesmo jornal A União, a Directoria Geral de Hygiene apresentava suas ações quer seja em relação as visitas domiciliares realizadas pela polícia sanitária como foi visto anteriormente, quer seja sobre o serviço de vacinação e revacinação voltadas ao combate da varíola. “(...) A cidade configura-se então como objeto privilegiado ou mesmo exclusivo de intervenção médica por reunir em sua desordem as causas de doença da população (MACHADO, 1978, p. 260).

Segundo a representação construída por Lopes Machado, o quadro da enferma-Parafba não era nada animador. A miséria e a falta de higiene de sua população mais carente eram os vetores das doenças físicas e sociais que fragilizavam os corpos paraibanos. Porém, existia uma esperança. Na visão do médico-presidente: Para que consigamos o fim que todos devem almejar [a melhoria das condições de saúde pública], necessário se torna que a nossa população, com o seu franco e decidido concurso, venha em auxílio das medidas higienicas indicadas e postas em pratica para beneficio geral da collectividade social. É preciso que a nossa população se submetta às leis sanitarias sem a preocupação de que ellas possam atingir a liberdade individual, indo mesmo até a inviolabilidade do domicilio (BURITI, SANTOS, 2015, 134).

Para Lopes Machado, a saúde pública estava acima de qualquer consideração sobre liberdade individual. Ou seja, a população não deveria reclamar dos delegados de

higiene entrarem em sua casa, examinarem cada canto, interferirem no cotidiano das famílias em relação aos costumes e comportamento, aceitar inclusive terem suas casas interditas e até derrubadas em nome da saúde pública.

Hábitos e costumes insalubres deveriam ser abandonados, normatizados, em prol do “benefício geral da colectividade social”. No seu entender, não existiam motivos para contestar a as prescrições médico-higienistas, mesmo que elas entrassem em conflito com direitos constitucionais, como a inviolabilidade do domicílio. Segundo Lopes Machado, o melhor exemplo de que a saúde pública era mais importante do que as liberdades individuais vinham dos ingleses. Modelo de “civilização”, nação pioneira na Revolução Industrial, a Inglaterra fora um dos primeiros países a instituir um serviço centralizado de higiene pública. Para o médico-presidente, o povo inglês “apezar de tão amplamente conceber o princípio de liberdade, jamais se valeu dessa faculdade que lhe é assegurada em toda linha, para oppor embaraços à fiel execução das mais restrictas medidas sanitarias”.

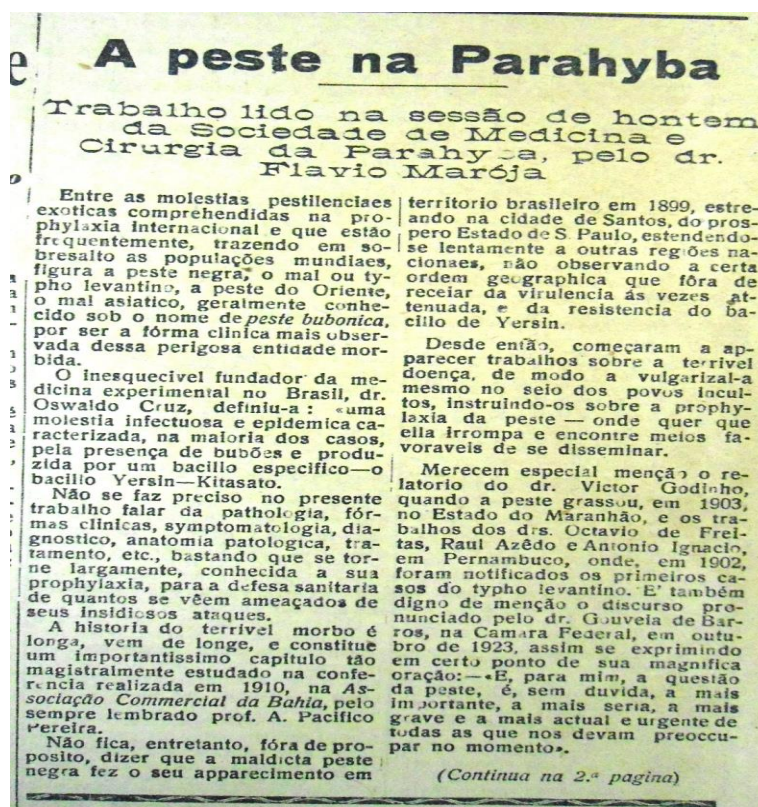


Fonte: A União 22 de fevereiro 1914.

As constantes epidemias que a população da Parahyba enfrentava sempre provocavam muitas mortes e medo, seja entre as pessoas como também entre as autoridades governamentais. Enquanto o governo recorria a medicina em busca de controlar as pestes, a população recorria a Deus e aos Santos com preces, penitências e promessas, por acreditarem que as epidemias representavam o envio da justiça divina diante dos seus pecados.

Os poderes públicos colocavam toda esperança nas mãos da “sciencia” e, portanto, nas mãos e no pensamento dos médicos. Estes, por sua vez, a partir da segunda metade do século XIX, pouco a pouco, adquiriram poder e passaram a estabelecer o que deveria ser considerado como certo ou errado, já que condenavam uma série de práticas da população e impunham outras consideradas mais corretas ou mais verdadeiras dentro dos princípios higienistas ou da ciência.

Na Parahyba, o poder da medicina pôde ser sentido mais claramente nos primeiros anos da República com a criação do primeiro Regulamento Sanitário, em 1895, que vigorou até 1911 quando foi criado a Repartição de Higiene e o novo Regulamento. (ARAÚJO, 2001, p. 43).



Fonte: Jornal A União. 26 de outubro de 1926.

A medicina era tida como detentora da “verdade” da doença e, portanto, cabia aos médicos indicarem os caminhos para a construção da nova fisionomia da cidade da Parahyba do Norte.

A vida social na cidade era tida como provocadora da desordem. No que se refere a Parahyba é possível afirmar, de acordo com a documentação consultada, que os problemas do meio urbano que requereriam intervenção por causarem as doenças, diziam respeito, principalmente, a corrupção do ar. Assim tudo que dificultasse a circulação do ar, tornando-o nocivo às pessoas deveria ser corrigido: o desalinhamento das ruas, por evitar a livre circulação do ar, os tipos de construções das casas, que em alguns casos bloqueavam a renovação do ar, as águas estagnadas da lagoa, dos esgotos, dos rios por exalarem vapores pútridos, as imundícies por alterarem e corromperem o ar, o

lamaçal, os matadouros, os cemitérios e todos os lugares, onde existissem vapores infectos que pudesse contaminar o ar. O pútrido era objeto de perseguição e estudo por parte dos médicos que *“esquadrinhavam a urbs e apontavam os lugares de onde exalavam os odores corruptores do bom clima do lugar.”* (SÁ, p.38).

Os médicos apontavam os lugares considerados insalubres onde o ar não circulava, como responsáveis pelo adoecimento da população. Segundo Buriti e Santos (2015, p. 134).

Na perspectiva do saber médico, a higiene pública garantiria a salubridade e a saúde das populações ao ser instrumentalizada como uma “técnica de controle e modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde”. A higiene pública, portanto, foi fabricada pelos esculápios como uma tecnologia de controle político e científico das condições espaciais, que visava garantir a salubridade do meio para assegurar a saúde das populações

O discurso higienista se dizia conhecedor de todos os danos que a falta de uma melhor ordenação dos espaços urbanos poderia provocar, e buscavam garantir que não houvesse nenhum caminho para o caos.

Os discursos de um modo geral recaía sobre a criança seja relacionado aos comportamentos das crianças, na busca de combater as doenças e o doente bem como já se mostrava a preocupação com a imunidade por meio gripe.

1920, era um território marcado pelas gritantes desigualdades, e a Parahyba do Norte estava inserida nesse contexto de precarização, a Parahyba do Norte sofria com a constante seca que causa até os dias de hoje, fome, desemprego, miséria, migração dos seus habitantes, somando tudo isso, temos uma grande disparidade social.

. O que procuramos destacar na análise, é o fato de que a Parahyba do Norte foi incluída na política higienista de uma forma descompassada, sendo uma região com mais escassez de recursos naturais, principalmente água, a Parahyba do Norte teve uma política higienista deficiente, sua população da época, muito pobre, residindo em locais distantes, sem acesso a recursos básicos. A República pregava o progresso, mas que progresso? Se a desigualdade social, como sustentar uma tese de desenvolvimento sem dar garantias para que as pessoas possam ter acesso a saúde por exemplo.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Welligton., OCTÁVIO, José. **Uma Cidade de Quatro Séculos: evolução e Roteiro**. 2 ed. João Pessoa: FUNCEP, 1989.

ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega. **Uma Cidade, muitas tramas: A cidade da Parahyba e seus encontros com a Modernidade (1880 - 1920)**. Recife: UFPE, 2001.(Dissertação de Mestrado em História).

BARRETO, Cristina. **A Cidade da Parahyba nos anos 20: imagens da Revista Era Nova**. João Pessoa: Mimeo, 199.

BEZERRA, Josineide da Silva, Reestruturação e centralidade: breves notas sobre a cidade de João Pessoa. **Urbana**, São Paulo: CIEC/UNICAMP, ano 2, nº 2, 2007.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. **As Singularidades da Modernização da cidade da Parahyba nas décadas de 1910 a 1930**. Recife: UFPE, 2004.(Tese de Doutorado em História).

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.

MACHADO, Roberto., et alli **Danação da Norma**. Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

OCTÁVIO, José. **História da Paraíba**, Lutas e resistências.3 ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1996.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de Oliveira; SANTOS, Leonardo Querino dos. Só é sujo e doente quem quer (?) – Representações médicas na Paraíba do início do século XX. **Fênix**. Revista de Estudos Históricos e Culturais. volume 9. Ano 9. Jan/fev/mar/abril. 2012. 130-148. Disponível em www.revistafenix.pro.br

PECHMAN, Sérgio, FRITSCH, Lílian. “A Reforma Urbana e seu Averso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do Século”. in: **Revista Brasileira de História – Cultura & Cidades**. São Paulo: ANPUH e Marco Zero, 1985.

REZENDE, Antonio Paulo. **(Des)encantos Modernos: Histórias da cidade do Recife na Década de Vinte**. Recife: FUNDARPE, 1997.

RODRIGUEZ, Walfredo. **Roteiro Sentimental de uma Cidade**. 2 Ed. João Pessoa: A União, 1994.

SÁ, Lenilde Duarte de. **Parahyba: uma cidade entre miasmas e micróbios. O serviço de higiene pública, 1895 a 1918**. Ribeirão Preto: USP, 1999. (Tese de doutoramento)

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura Como Missão**. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SOARES JÚNIOR, Azemar Soares. **Corpos hígidos**: o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924). Rio de Janeiro: Editora AMCGuedes, 2015.

Outras fontes:

Jornal A UNIÃO

Revista Era Nova

Fotografia disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/596656650620598798>

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado força e saúde para continuar, apesar dos obstáculos encontrados durante a minha jornada de graduação; a Ele por ter me dado paciência e persistência para concluir esse ciclo, a Ele toda Honra e toda glória.

Aos meus colegas de turma, em especial a minha grande amiga JULIANA SILVA SANTOS, por ter vivenciado os estágios supervisionados, os trabalhos acadêmicos, além de ter compartilhado momentos felizes tão quão momentos difíceis que surgiram pelo caminho, durante este período de graduação. Agradeço, também a minha amiga LUCINHA CALIXTO, mesmo estando distante, estava sempre me incentivando a continuar.

A vocês o meu muito e mais sinceros agradecimentos! Como sempre vos digo “Da UEPB, para a vida”! Vocês são especiais para a min.

Agradeço juntamente também, ao corpo docente da UEPB, em especial ao CAMPUS III - Guarabira, pelos momentos de conhecimentos compartilhados, e por ter vivenciado momentos de alegrias, como de aflições. E em fim, a todo o centro acadêmico do CAMPUS III.

Meus sinceros agradecimentos, a minha orientadora Professora Dr^a: EDNA NÓBREGA, por ser exemplo de profissional, e de ter acreditado em min, até mesmo quando eu não acreditava. A senhora é um ser de luz e generosidade em forma de pessoa. A senhora, toda a minha gratidão, pela paciência, perseverança e por todos os seus ensinamentos compartilhados, sejam os acadêmicos como os para a vida, que os levarei com fraternidade.